

O celibato e a sexualidade na Igreja Católica: uma análise psicanalítica sobre o voto de castidade

*Celibacy and sexuality in the Catholic Church:
a psychoanalytical analysis of the vow of chastity*

*Celibato y sexualidad en la Iglesia Católica:
un análisis psicoanalítico del voto de castidad*

**Cícero Moura da Silva
Paulo Roberto Ceccarelli
Robenilson Moura Barreto**

Resumo

Esta pesquisa pretende discutir o celibato, o voto de castidade e a sexualidade na Igreja Católica, a partir da perspectiva psicanalítica, e como defesa da moral civilizada pelas instituições vigentes. O estudo se caracteriza por uma revisão bibliográfica da literatura narrativa, a partir do levantamento de dados de artigos e dissertações nas bases de dados do SciELO sobre o celibato e a sexualidade na Igreja Católica. Ao longo da pesquisa, utilizamos algumas reflexões acerca da teoria freudiana sobre sexualidade para analisar o celibato na Igreja Católica. As evidências dos estudos, a partir da psicanálise, indicam que a castidade, a partir de uma lógica cristã, para Foucault, se apresenta como um dispositivo de controle dos corpos no campo da sexualidade, enquanto, para a psicanálise, a Igreja se coloca como mecanismo de recalque das pulsões no inconsciente.

Palavras-chave: celibato, voto de castidade, sexualidade, psicanálise

Abstract

This research aims to discuss celibacy, the vow of chastity, and sexuality in the Catholic Church from a psychoanalytic perspective, as a defence of civilized morality by current institutions. The study is characterized as a bibliographic review of narrative literature, based on data collected from articles and dissertations in the SciELO databases on celibacy and sexuality in the Catholic Church. Throughout the research, we used some reflections on Freudian theory of sexuality to analyse celibacy in the Catholic Church. The evidence from these studies, based on psychoanalysis, indicates that, from a Christian logic, chastity, for Foucault, presents itself as a device for controlling bodies in the field of sexuality, while for psychoanalysis, the church presents itself as a mechanism for repressing drives in the unconscious.

Keywords: celibacy, vow of chastity, sexuality, psychoanalysis

Resumen

Esta investigación busca discutir el celibato, el voto de castidad y la sexualidad en la Iglesia Católica desde una perspectiva psicoanalítica, como una defensa de la moral civilizada por parte de las instituciones actuales. El estudio se caracteriza por ser una revisión bibliográfica de literatura narrativa, basada en datos recopilados de artículos y tesis en las bases de datos SciELO sobre celibato y sexualidad en la Iglesia Católica. A lo largo de la investigación, utilizamos algunas reflexiones sobre la teoría freudiana de la sexualidad para analizar el celibato en la Iglesia Católica. La evidencia de estos estudios, basados en el psicoanálisis, indica que, desde una lógica cristiana, la castidad, para Foucault, se presenta como un dispositivo para controlar los cuerpos en el ámbito de la sexualidad, mientras que, para el psicoanálisis, la iglesia se presenta como un mecanismo para reprimir las pulsiones en el inconsciente.

Palabras clave: celibato, voto de castidad, sexualidad, psicoanálisis

Introdução

A Igreja Católica ensina que o celibato sacerdotal é um “dom especial de Deus”, pelo qual os ministros, que são consagrados por esta instituição católica, podem mais facilmente unir-se a Cristo de coração indiviso e dedicar-se ao serviço de Deus (CANON 277). Além disso, é também uma regra de vida ou uma condição de oferta total da pessoa ao serviço de Deus e da comunidade. O celibato foi instituído no ano de 305, no Concílio de Elvira, na Espanha, pela Igreja Católica Apostólica Romana.

A decisão de escrever sobre a temática proposta partiu da observação participante de experiências de jovens na vida religiosa, que se submetem ao celibato pela Igreja, e que ao se dedicarem a esse estilo de vida são impactados diretamente na construção da sua identidade e orientação sexual (Silva, 2012).

Assim, pretende-se compreender em que medida a escolha pelo celibato na Igreja Católica pode influenciar a dinâmica psíquica, nos aspectos da sexualidade e de controle dos corpos. Pretende-se, ainda, apontar algumas análises científicas importantes, à luz da psicanálise sobre a vida celibatária, para entender a constituição dos sujeitos que escolhem viver em um contexto religioso católico. Logicamente que a Igreja Católica, por meio do fundamento teológico-cristão,

traz elementos transcendentais, como a *crisotológica*, na qual o sacerdote cristão busca manter-se no estado de virgindade, assim como Cristo; *eclesiológica*, sendo a vivência da missão de Cristo; e a *escatológica*, sendo a antecipação do Reino de Deus na Terra. Estes elementos contribuem para uma condição de vivência celibatária, porém, a sua fundamentação se reduz à perspectiva religiosa.

Ao longo da história, a sexualidade sempre foi atravessada por discursos religiosos, filosóficos e científicos que buscaram enquadrar o desejo em moldes socialmente aceitáveis. Freud (1905), em sua teoria da sexualidade, mostra que o desejo não se reduz à função reprodutiva, mas está enraizado na busca pelo prazer e estruturado inconscientemente. Esta descoberta rompeu com a visão moralista e naturalizada da sexualidade, revelando que as pulsões humanas são complexas, múltiplas e inevitavelmente atravessadas pelo recalcque cultural.

Nesse sentido, a leitura foucaultiana também contribui ao mostrar que o poder não se exerce somente pela repressão, mas, sobretudo, pela produção de discursos e dispositivos de controle que normatizam os corpos e regulam o gozo. A Igreja, o Estado e outras instituições elaboraram modos de vigiar e organizar a sexualidade, criando aquilo que Foucault (2003) chama de “dispositivo da sexualidade”: uma rede de práticas

e saberes que não somente proibem, mas também fabricam verdades sobre o sexo.

Ceccarelli (2010) nos lembra que “a sexualidade não é somente recalçada e reprimida, ela é acomodada, organizada e atravessada por discursos que buscam normatizar o desejo, enquadrando o sujeito em uma lógica de identidade coerente com a moral dominante” (p. 58). Ou seja, não se trata somente de silenciar o desejo, mas de transformá-lo em algo que sirva às exigências da moral civilizada, impondo formas legítimas de viver a sexualidade.

O celibato, analisado tanto por Freud quanto por Foucault, pode ser visto como exemplo privilegiado desse processo. Enquanto a Igreja o legitima como dom espiritual e forma de consagração, a psicanálise o identifica como uma tentativa de recalçar as pulsões, nem sempre com sucesso, podendo gerar sofrimento psíquico. O recalque não elimina o desejo, mas o desloca, podendo criar sintomas, neuroses ou outras expressões inconscientes.

Assim, a “invenção da sexualidade” no Ocidente, conforme apontam Foucault (2003) e Ceccarelli (2010), revela-se não somente como a criação de um campo de saber sobre o sexo, mas também como um processo de normalização e disciplinamento dos corpos. A descoberta freudiana da sexualidade infantil e da centralidade das pulsões desvelou a arbitrariedade dessas normas, ao mostrar que a sexualidade é constitutiva do sujeito e não pode ser completamente domada pelas instituições: como domar o pulsional?

Essas reflexões nos convidam, portanto, a compreender a sexualidade como um campo de disputa simbólica e política, e não somente uma dimensão íntima. Questionar os discursos que acomodam o desejo é condição para repensar o lugar da subjetividade frente às imposições sociais, religiosas e morais. Nesse processo, emerge a necessidade de acolher a diversidade das experiências sexuais, reconhecendo que o desejo humano sempre

escapa às tentativas de enquadramento normativo.

Silva (2012) aponta que o Estado, a religião, as elites sociais e todas as instituições sociais, por meio do conhecimento, discursos e ferramentas institucionais de controle, exercem a regulação da sexualidade, controlam e docilizam os corpos que porventura tentam escapar à lógica do permitido. Nessa esteira, Ceccarelli (2010, p. 58) afirma que “a sexualidade não é apenas reprimida, ela é moldada, organizada e atravessada por discursos que buscam normatizar o desejo, enquadrando o sujeito em uma lógica de identidade coerente com a moral dominante”. De tal forma, o controle da sexualidade não opera somente pela negação, mas também pela construção de uma estrutura discursiva que define o que é permitido desejar e como o corpo deve se comportar. A docilização do corpo, nesse sentido, é um efeito não apenas da repressão direta, mas da internalização das normas morais e sociais sobre o que é considerado “sexualidade aceitável”. Ceccarelli (2010) nos alerta que essa construção normativa pode levar o sujeito a uma experiência de sofrimento psíquico, sobretudo quando seus desejos escapam aos modelos instituídos. A sexualidade, então, deixa de ser um campo de liberdade para tornar-se um campo de vigilância e subjetivação.

Não diferente dos aspectos sobre as instâncias institucionais, a história da Igreja fundamenta o celibato a partir da perspectiva teológica. Já Foucault utiliza de conhecimentos genealógicos e históricos para demonstrar que a Igreja é uma das instituições sociais que utiliza do saber para controle dos corpos e exercício de poder sobre eles; enquanto Freud, a partir das concepções psicanalíticas sobre narcisismo e a teoria da sexualidade, demonstra a relação construída diante da vida célebre. Para tanto, aprofundamos alguns conceitos psicanalíticos da obra de Freud (1905), “*Três ensaios sobre a sexualidade*”; e de Foucault (2018), “*História da sexualidade 4: Confissões da carne*”. Sob essa

ótica que o tema abordado nesse trabalho foi construído, a fim de que as teorias sinalizem o quanto o sujeito está submetido e subjugado a uma realidade sócio-histórica-cultural das relações de poder exercidas sobre o seu corpo e os seus desejos, sendo o modelo de vivência da sexualidade é uma criação da cultura ocidental, baseada em valores da cultura oriental, e que para tanto criaram-se os mecanismos de controle, como os citados ao longo deste artigo.

No entanto, é preciso deixar evidente que este estudo não pretende apontar objetivamente as causas do sofrimento psíquico do celibatário, que podem ser variadas, nem tão pouco macular a história da Igreja, criticando levemente o processo doutrinal religioso, mas busca refletir sobre a dimensão e a relação da sexualidade do celibatário. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfica, de cunho narrativo. Pesquisa que, segundo Mattos (2015), é um modelo de revisão que utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, mas que não necessariamente precisa esgotar todas as fontes de informações. Realizada a partir de uma revisão de literatura como processo metodológico, esta pesquisa busca estabelecer uma relação entre a vida celibatária na Igreja e a sexualidade que, em determinados dispositivos, pode desencadear condições de sofrimento psíquico.

O Celibato na Igreja Católica

Antes de compreender o celibato nas instituições religiosas, e sua relação com sexualidade e poder, é necessário revisar sua origem histórica e teológica. Na tradição cristã, o celibato sacerdotal se conecta à imagem de Jesus Cristo, cuja vida e missão são fundamentadas na abstinência sexual. A narrativa do evangelho de Lucas, sobre a anunciação do anjo Gabriel a Maria, serve como base simbólica para a castidade como valor espiritual na Igreja. Contudo, por trás da fundamentação teológica, há também uma leitura crítica que identifica o celibato

como parte de um projeto de poder. A Igreja, ao longo de sua constituição histórica, adotou mecanismos de controle (corpos) do desejo e da sexualidade, consolidando sua autoridade não apenas espiritual, mas também social. Segundo Castoldi (2014), a imposição da castidade pode ser interpretada como estratégia institucional de dominação dos corpos.

Bonfim (2012) e Castoldi (2014) observam que a transformação do Cristianismo de seita minoritária em religião oficial do Império Romano, no século IV, teve grande influência política. A conversão do imperador Constantino e a institucionalização do Cristianismo como religião do Estado não foram apenas movimentos de fé, mas também de conveniência e controle social. Outros fatores históricos, como a atuação dos padres apologistas, o surgimento das primeiras comunidades cristãs e a teologização da doutrina, foram essenciais para consolidar o poder da Igreja no ocidente.

O catecismo descreve a Igreja como “Construção de Deus”, associando-a à “Nova Jerusalém”, figura bíblica que representa a união espiritual entre Cristo e a Igreja. A partir desta metáfora, o sacerdote celibatário é visto como aquele que representa “Cristo esposo” e, por isso, deve manter-se casto. Segundo Silva (2012), o sacerdote “age em *persona Christi Capitis*”, sendo símbolo da fidelidade a essa aliança espiritual. Nessa concepção, o celibato é mais do que um estilo de vida: é uma exigência simbólica que reforça a identidade da Igreja como corpo místico de Cristo.

Do ponto de vista etimológico, o termo celibato tem origem no latim *caelibatus*, derivado de *caeli* (céus) e *beatus* (bem-aventurado), expressando a ideia de uma vida voltada ao espiritual. O celibato, como opção de vida adotada por diversos membros da tradição cristã, especialmente no contexto da vida consagrada e ministerial, não deve ser compreendido apenas como uma renúncia à sexualidade ou ao casamento, mas como

uma expressão existencial profundamente vinculada à espiritualidade e à missão eclesial. Três dimensões fundamentais podem ser destacadas como motivações centrais para essa escolha: a busca por uma experiência de íntima comunhão com Deus, a disponibilidade integral para o serviço apostólico, e o testemunho escatológico do Reino dos Céus. Ao longo do tempo, o celibato foi resignificado em diversas culturas. Já na Índia e na Grécia Antiga, a castidade era associada à união com o divino ou à elevação profética. Antes mesmo do Cristianismo, o valor simbólico da abstinência já existia sem, contudo, ser uma “revelação” que lhe atribuía o caráter sagrado.

Na Igreja, os Concílios¹ orientais e ocidentais serviram como palco para o debate sobre a vida celibatária. No Oriente, a prática foi formalizada no Concílio de Quinisesto (691). No Ocidente, o Concílio de Elvira (c. 300) foi o primeiro a impor aos clérigos casados a abstinência conjugal. Em 325, o Concílio de Niceia reforça essa posição, e o Papa Cirício (384–399) continua a recomendar o celibato como norma de vida. Papas, entre os séculos VI e IX, reafirmaram essa obrigação.

Não há, nas *Escrituras*, uma ordem explícita para que sacerdotes sejam celibatários, apenas uma recomendação de liberdade espiritual, uma escolha vocacional ao chamado. Durante o período patrístico², o que se solicitava era continência, mesmo entre

clérigos casados. A vocação sacerdotal,³ na tradição da Igreja Católica de rito latino, encontra uma expressão simbólica e funcional no celibato, profundamente significativa, ainda que este não constitua um dogma de fé, mas uma disciplina eclesiástica.

Conforme o ensinamento de Jesus em Mateus 19,12: “há eunucos que se fizeram tais por causa do Reino dos Céus”; o celibato é assumido como um sinal visível de uma consagração interior, na qual o presbítero se entrega de modo total e indiviso a Deus e à missão eclesial. Do ponto de vista das ciências humanas, especialmente da psicologia e da antropologia religiosa, essa opção de vida pode ser compreendida como uma forma de sublimação e canalização de afetos, voltada para a realização de um ideal transcendente. Nesse sentido, o celibato sacerdotal favorece uma maior disponibilidade afetiva, temporal e existencial para o exercício do ministério, configurando-se como um meio privilegiado de testemunho e serviço no seio da comunidade cristã.

Ao pontuarmos o compromisso com o celibato como uma condição da escolha de um servo da Igreja, isso impediria uma qualidade de promoção de sofrimento ao tornar o ministério incompatível com a vida conjugal, mesmo com o entendimento que a dimensão da sexualidade é uma condição vital de vida na humanidade? Estudos sugerem que essa exigência compromete o amadurecimento emocional dos religiosos, impedindo-os de compartilhar plenamente a vida comum da humanidade.

A análise do celibato deve, portanto, considerar tanto os aspectos espirituais quanto os efeitos sociais e psicológicos. A imposição como dogma e a renúncia por uma vida inteira dedicada à profunda intimidade com

1 Este concílio, cujo nome significa literalmente “Quinto-Sexto” (por ser considerado uma extensão do Quinto e Sexto Concílio Ecumênico), tinha como objetivo principal regular a vida eclesiástica através de normas detalhadas

2 O período Patrística foi um movimento filosófico cristão desenvolvido na transição da Idade Antiga para a Idade Média, a partir do século I d.C. até aproximadamente o século V d.C. Os primeiros cristãos eruditos, especialmente os Padres (por isso o nome Patrística), desenvolveram pensamentos filosóficos para defender a Fé Cristã contra os ataques externos (pagãos) e internos (hereges). O objetivo destes autores era demonstrar que Jesus Cristo é o único salvador da humanidade, o único caminho de felicidade.

3 A vocação sacerdotal é o chamado de Deus a um homem para exercer um ministério sagrado em nome de Cristo, servindo a Igreja e os seus membros. Este chamado, em geral, implica também a vocação ao celibato, que é entendido como um dom de Deus, uma graça especial concedida a aqueles que são chamados ao sacerdócio.

um ser supremo (espiritual) e puro poderiam representar mais uma forma de controle do que uma via legítima de espiritualidade? A discussão atual exige que a Igreja reconsidere a obrigatoriedade da castidade clerical, buscando um equilíbrio entre tradição e saúde psíquica dos seus membros.

O celibato sacerdotal permanece como um dos temas mais debatidos na Igreja Católica, sobretudo em um contexto contemporâneo marcado por transformações culturais, crises vocacionais e novas compreensões sobre a subjetividade e o cuidado psíquico. Embora o celibato continue sendo obrigatório para os presbíteros do rito latino, cresce o número de teólogos, psicólogos e agentes pastorais que defendem uma revisão da disciplina eclesial, sobretudo à luz das exigências humanas e espirituais que essa escolha envolve.

O celibato e a crítica de Foucault

A tradição do celibato na Igreja Católica é tensionada por análises críticas, especialmente as de Michel Foucault. Em sua leitura dos escritos de Clemente de Alexandria, Foucault (2003) argumenta que o celibato, ao suprimir a geração, configura um ato ímpio por contrariar o propósito natural do homem que é gerar descendência, conforme determinado pelo *Logos*. Assim, ao desconsiderar o valor da procriação, o celibato se tornaria um mecanismo artificial, institucionalizado, para controlar os corpos e a sexualidade.

A partir desta perspectiva, o celibato não seria apenas uma escolha espiritual, mas um instrumento de castração simbólica, de rompimento entre a natureza humana e sua ordenação pelo *Logos*. Foucault levanta questões fundamentais sobre a libido: se ela é um dom natural, por que deve ser negada? Se foi criada por Deus, como pode ser considerada má? Assim, o prazer e o gozo tradicionalmente negados pela moral cristã seriam expressões divinas, e não pecaminosas.

Lima e Belo (2019) reforçam essa crítica ao afirmar que a libido representa o desejo

e o prazer, e está ligada à vontade de poder. O exercício da libido, nesse sentido, pode ser canalizado para formas saudáveis de expressão e sublimação, auxiliando o sujeito no enfrentamento de suas pulsões. Foucault (2003) também demonstra que a moral sexual cristã, sobretudo a idealização da virgindade, foi influenciada tanto por elementos cristãos quanto pagãos. Escritos como “*De habitu virginum*”, de São Cipriano, e *O banquete*, de Metódio de Olimpos, celebram a abstenção e a virgindade como formas superiores de existência. Contudo, não se tratava apenas de uma negação do sexo, mas de um esforço rigoroso para erradicar o desejo carnal em prol da pureza espiritual. A castidade, nesse contexto, torna-se preparação escatológica para o Reino de Deus.

Adicionalmente, Vatican (1967) aponta que práticas semelhantes ao celibato já existiam em culturas orientais, como homens castrados que guardavam os haréns reais. Assim, o celibato possui também uma base cultural e histórica, anterior ao Cristianismo. A Igreja, contudo, ressignificou a castidade com novos instrumentos, como a confissão, o jejum e a penitência, criando uma disciplina espiritual e moral singular.

Foucault (2003) identifica esse processo como parte da construção de um *dispositivo*, ou seja, um conjunto de práticas, discursos, normas e instituições que operam para controlar a sexualidade. A Igreja, nesse sentido, desenvolveu técnicas e saberes específicos; uma verdadeira *arte da virgindade* que moldava o comportamento dos sujeitos, orientando-os para um ideal de pureza.

Nos escritos de autores como Tertuliano e Agostinho, esse dispositivo se intensifica. Agostinho, por exemplo, via o sexo como uma ameaça à razão e à alma: os atos sexuais eram considerados formas de epilepsia moral, manifestações da fraqueza humana. Daí a recomendação rigorosa de abstinência como meio de preservação espiritual.

Foucault (2003) destaca ainda que, com o tempo, a sexualidade no Ocidente cristão foi

sendo normatizada por discursos de poder que ultrapassam a proibição simples. O *dispositivo da sexualidade*, como explica em *História da sexualidade: A vontade de saber*, consiste na articulação de elementos discursivos e não discursivos (leis, práticas, rituais, saberes médicos, teológicos etc.) que organizam e controlam os corpos. O celibato, neste contexto, é uma das ferramentas mais emblemáticas desse sistema de poder.

Clemente de Alexandria, por exemplo, apresenta uma ética sexual que pretende reger não só os solteiros, mas também os casados. Para ele, o sexo só é legítimo se orientado pela ordem da procriação, e subordinado à razão. O prazer é descartado como finalidade e o *Logos* (Cristo) torna-se o modelo de conduta. No entanto, ao normatizar essas condutas, Clemente se apoia também em saberes pagãos e na medicina antiga, revelando o caráter sincrético do controle sexual e o entrelaçamento entre diferentes tradições.

Foucault (2003) mostra, assim, que o poder da Igreja sobre o sexo não é repressivo no sentido simplista, não se trata apenas de proibir, mas de *produzir* um saber sobre o sexo, um saber que confere legitimidade à instituição. O poder e o desejo se entrelaçam, e o saber produzido sobre o sexo torna-se uma forma de poder. Daí a pergunta fundamental: por que a Igreja ou qualquer instituição detém o direito de falar sobre o sexo?

O conhecimento sexual institucionalizado não apenas dita normas, mas também gera um campo de saber que justifica a dominação dos corpos. As técnicas confessionais, os exames de consciência e as práticas ascéticas são exemplos desse controle. Mesmo após o fim das perseguições romanas, esses mecanismos persistiram — ainda que de forma mais sutil — e continuaram a operar sobre os fiéis, modelando subjetividades.

Foucault (2003) alerta para a tendência de enxergar o poder apenas como repressão. Segundo ele, este é um erro, pois o poder é produtivo: ele cria saberes, normas e práticas.

A Igreja, com sua vasta rede institucional e ritual, não apenas reprime, mas *forma* sujeitos. O celibato, nesse contexto, não é apenas uma exigência espiritual, mas um elemento de uma engrenagem mais ampla de controle, disciplinamento e subjetivação.

Em complemento, Freud (1996) argumenta que a sublimação das pulsões sexuais pode ser uma saída saudável para indivíduos bem estruturados psiquicamente, como artistas e criadores. No entanto, essa possibilidade não se aplica a todos. A negação total da libido, como preconiza o ideal celibatário, pode gerar sofrimento psíquico, repressão excessiva e sintomas neuróticos, sobretudo quando não há suporte ou elaboração simbólica adequada.

Portanto, à luz dessas análises, o celibato aparece não apenas como uma prática religiosa, mas como um fenômeno complexo que articula teologia, cultura, psicologia e poder. Ele representa uma escolha espiritual, mas também carrega uma dimensão de controle social e disciplinamento dos corpos, sustentado por dispositivos históricos que ainda operam no presente.

A sexualidade, a moral civilizada e o celibato na psicanálise

A sexualidade ocupa papel central na teoria psicanalítica, uma vez que os conteúdos inconscientes do sujeito são fortemente marcados pelos objetos identificatórios da cultura e da sociedade (Ceccarelli, 2010). Nesse contexto, o celibato se constitui como um discurso que pode impor uma verdade sobre o sujeito e a sexualidade e como instrumento de dominação, conforme aponta Foucault. Tal discurso implica a necessidade de compreender como a sexualidade e os dispositivos de controle a ela relacionados moldam o campo pulsional inconsciente.

Com base nas suas contribuições, de Freud (1996) afirma que a psicanálise abandona as noções de pulsão natural *versus* pulsão perversa, inaugurando uma análise que distingue entre objeto sexual e finalidade

da pulsão. A sexualidade, nesse sentido, não possui objeto fixo, mas finalidade: a satisfação independente do objeto, sendo estruturada por uma trajetória pulsional única, tornando cada expressão sexual singular. Essa compreensão evidencia a violência de qualquer tentativa de padronizar a sexualidade, ao impor ao sujeito uma forma idealizada e repressora de vivência sexual.

De acordo com Salles e Ceccarelli (2010), o sofrimento psíquico não deriva da orientação sexual em si (heterossexual, homossexual, bissexual), mas da tentativa de enquadramento da sexualidade em normas culturais rígidas, seja na condição de uma escolha, seja na condição de um dogma como tratado pelo construto do celibato. O sofrimento se expressa tanto na repressão da sexualidade quanto na culpa sentida ao manifestá-la de forma não condizente com os padrões morais. Esse processo se intensifica no caso do celibatário que não consegue sublimar a pulsão sexual, uma vez que a sexualidade humana está desvinculada da função reprodutiva e voltada ao prazer, sendo alimentada pela fantasia e não apenas por estímulos biológicos. Sem deixar de apontar que estamos falar da formação de uma moral sexual elaborada por Freud (1908), construída na Europa e no Ocidente.

A vivência do desejo do outro, por sua vez, revela-se angustiante para o sujeito, pois esse desejo é enigmático e implica o risco de se ver como objeto do gozo alheio. Tal dinâmica pode levar à evasão narcísica e ao aprisionamento no ideal do Eu, gerando sofrimento e, possivelmente, patologias como o transtorno de personalidade narcisista. O celibatário pode evitar ser objeto de desejo do outro como forma de autoproteção, mas isso pode implicar em experiências de culpa e sofrimento psíquico por viver em conflito com sua própria pulsão.

Segundo Salles e Ceccarelli (2010), historicamente, as instituições de poder (religiosas, médicas, jurídicas) classificaram como patológicas as manifestações sexuais que se

desviavam das normas culturais. Tais classificações são construções culturais voltadas ao controle dos corpos e à manutenção do poder. Freud e Foucault demonstram que diferentes sociedades, ao longo do tempo, criaram mecanismos para regular a sexualidade, oferecendo inclusive “curas” para os comportamentos considerados desviantes. A masturbação, por exemplo, foi amplamente reprimida em nome da moral, da saúde e dos bons costumes, levando à criação de dispositivos de controle voltados à regulação do prazer.

Freud (1915) conceitua a sublimação como a capacidade de transformar a energia pulsional sexual em energia voltada para objetivos não sexuais. No entanto, mesmo a sublimação pode ser uma forma de gozo, ainda que não sexual, ao estar ligada ao objeto sexual originário. Embora alguns sujeitos sublimem a sexualidade, como artistas ou religiosos, isso não é uma possibilidade universal. O celibato, portanto, não é um caminho viável para todos os sujeitos, já que requer uma disposição psíquica específica.

O discurso moralizador sobre a sexualidade, embora hoje não esteja restrito às instituições tradicionais (igreja, medicina), continua sendo perpetuado por mecanismos contemporâneos do politicamente correto, que reproduzem padrões sexuais idealizados. Isso pode gerar ressentimentos, neuroses e perversões nos sujeitos que não se adequam a tais padrões. A repressão da sexualidade é, portanto, fonte de traumas e conflitos psíquicos, como ilustrado no exemplo da mãe que, ao oferecer cuidados ao filho, mobiliza pulsões inconscientes reprimidas sob a justificativa de “amor puro e assexual”.

A moral sexual civilizada, como distingue Freud (1908), se contrapõe à moral sexual natural. A primeira é constituída por imposições culturais que comprometem a saúde psíquica e fisiológica do indivíduo, enquanto a segunda refere-se a formas espontâneas

de expressão da sexualidade. A moral civilizada impõe severas restrições aos impulsos sexuais, sendo apontada por Freud como responsável pela alta incidência de doenças nervosas na vida moderna. O sofrimento psíquico é, portanto, resultado direto da repressão sexual imposta pela cultura, em nome da constituição de uma sociedade “mais civilizada”.

Freud (1930), em *O mal-estar na cultura*, argumenta que a sociedade moderna exige que o indivíduo renuncie a sentimentos de onipotência, agressividade e pulsões eróticas para alcançar a vida em comunidade. Essa renúncia, entretanto, é custosa e injusta, ao reprimir impulsos legítimos em nome de ideais religiosos e culturais. Aqueles que não conseguem se adequar aos padrões tornam-se “fora da lei”, delinquentes ou doentes mentais. A repressão sexual, nesse contexto, contribui para a produção de sujeitos adoecidos, incapazes de realizar-se plenamente, como no celibatário forçado.

A sublimação, como deslocamento da energia sexual para objetivos não sexuais, é uma alternativa possível para lidar com a pulsão, mas nem todos os indivíduos possuem estrutura psíquica para isso. Freud (1918), em uma entrevista, sustenta que uma certa satisfação sexual é necessária para manter a saúde mental; sua ausência pode levar ao adoecimento e à neurose. A repressão total da sexualidade, como imposta pela moral civilizada, gera distúrbios funcionais e doenças que afetam o corpo e a mente.

Freud (1905) adverte que os seres humanos não buscam o sexo apenas pela reprodução, mas também pelo prazer. Qualquer parte do corpo humano pode ser uma zona erógena que permite múltiplas formas de prazer, visto que esse não se restringe aos órgãos genitais. A repressão desses prazeres, especialmente quando excessiva e prolongada, conduz à neurose. Os sujeitos que tentam se adaptar a padrões culturais muito superiores à sua constituição psíquica acabam

adoecendo. A exigência de supressão sexual leva a consequências negativas que superam os supostos benefícios culturais.

As instituições impõem padrões morais severos com sacrifícios psíquicos, desconsiderando as limitações individuais. Tal imposição gera doenças nervosas nos que não se adaptam aos moldes civilizados. Freud (1908) afirma que entre obediência e desobediência à moral sexual imposta instala-se um conflito gerador de sofrimento. A repressão sexual intensifica o valor psíquico da satisfação sexual, e o desejo recalçado busca caminhos substitutivos para se realizar, criando sintomas e patologias neuróticas. A moral sexual civilizada, ao restringir a sexualidade, produz perdas significativas à saúde e à subjetividade humana.

A homossexualidade, para Freud (1905), representa uma dinâmica pulsional como qualquer outra (heterossexualidades, bissexualidades). O que ela limita é o uso do pulsional para a função reprodutiva (Freud, 1908). A moral civilizada, ao defender o casamento como único espaço legítimo para a sexualidade, ignora os prejuízos gerados pela abstinência forçada e imposta. O indivíduo que não deseja o celibato, mas o adota por imposição moral, investe energia psíquica na repressão do desejo, o que pode levar à doença neurótica e ao sofrimento subjetivo.

Além da repressão sexual, a moral civilizada também reprime impulsos hostis, como a agressividade. O sujeito que tenta ser excessivamente bondoso para se adequar ao ideal moral, desperdiça energia tentando sufocar sua violência interna, o que pode levá-lo a uma falência psíquica. Freud (1915) observa que essa repressão generalizada diminui até mesmo o desejo de gerar filhos, contradizendo os objetivos da própria civilização. O celibatário, ao seguir essa lógica moral, não contribui para a continuidade social, tornando-se reflexo de uma moral que promove o individualismo narcisista sob o pretexto do hedonismo.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, buscou-se problematizar o celibato sacerdotal e o voto de castidade na Igreja Católica a partir de uma leitura psicanalítica e foucaultiana, com o intuito de compreender os efeitos subjetivos e sociais que decorrem da imposição dessa norma religiosa sobre os sujeitos que escolhem o caminho do celibato. Partindo de uma análise sócio-histórica e discursiva, evidenciou-se que o celibato, embora revestido de significados espirituais e teológicos, também se constitui como um dispositivo de poder e de controle da sexualidade, operando por meio de mecanismos que visam regular o desejo, reprimir as pulsões e moldar os corpos de acordo com ideais morais e institucionais, tal como uma norma.

A psicanálise permite compreender como a repressão da sexualidade em nome de uma moral civilizada, seja pelo discurso da instituição, seja pela via social ou médica, pode produzir sofrimento psíquico, neuroses e conflitos internos. A sublimação das pulsões sexuais, embora possível em determinados sujeitos, não se apresenta como uma via universal de resolução, tornando o celibato uma escolha que exige estrutura psíquica específica e, quando imposta como doutrina, pode acarretar efeitos deletérios à subjetividade. A partir de Foucault, reconhece-se que o discurso da castidade não apenas proíbe, mas produz saberes e formas de subjetivação que mantêm a sexualidade sob constante vigilância, gerando corpos dóceis e disciplinados para a satisfação de uma condição doutrinária.

A análise realizada nesse artigo evidencia a necessidade de revisitar criticamente a obrigatoriedade do celibato no contexto contemporâneo, em que as demandas subjetivas, os direitos individuais e as novas compreensões sobre a sexualidade exigem posturas mais sensíveis e dialógicas por parte das instituições religiosas. Certamente estamos falando sobre uma ordem tradicional

e milenar, de uma instituição em que suas origens se fundam sobre um ordenamento espiritual. O sofrimento psíquico decorrente da vivência celibatária forçada não pode ser negligenciado, diante de uma ética pastoral que se pretenda humanizadora e integradora.

Para tanto, a sexualidade do sujeito, que escolhe ser membro da doutrina da Igreja Católica, não pode ser reduzida a uma dimensão meramente espiritual, desconsiderando sua condição pulsional, histórica e cultural. O reconhecimento da complexidade do desejo e das formas singulares de sua expressão é fundamental para repensar o lugar da castidade na vida religiosa, não como imposição, mas como possibilidade ético-subjetiva, passível de escolha e elaboração simbólica. Assim, o presente estudo pretendeu contribuir para uma reflexão crítica e comprometida com o cuidado à subjetividade, à escuta do sofrimento e à transformação de paradigmas que, historicamente, não oferecem espaço para o desejo humano, mas, sim, para o desejo divino.

Referências

- Aquino, T. de. (1980). *Suma teológica*. Sulina Editora: Universidade de Caxias do Sul.
- Barros, J. D. A. (2009). *Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império*. Editora PUC Minas.
- Bearzoti, P. (1993). Sexualidade, um Conceito Psicanalítico Freudiano. *Arq. Neuro-Psiquiatr.* 52 (1). <https://doi.org/10.1590/S0004-282X199400010002>
- Braga, D. (2012). O quando do Cristianismo. *Religião e Sociedade. Relig. soc.*, 32 (2). <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000200010>
- Carneiro, F. J. B. (2021). *O celibato sacerdotal: uma reflexão em torno da encíclica Sacerdotalis Caelibatus* [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa].
- Castoldi, T. S. S. (2014). *A Igreja que conquistou um império: história da ascensão do Cristianismo no Império Romano* [Monografia de conclusão de curso em História, Universidade do Vale do Taquari – Univates].
- Ceccarelli, P. R., & Costa-Salles, A.-C. (2010). A invenção da sexualidade. *Reverso, Revista do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais*, XXXII (60), 15-24.
- Foucault, M. (2003). *História da sexualidade 1: vontade de saber*. 15 ed. Graal.
- Foucault, M. (2003). *História da sexualidade 4: Confissões da carne*. 15 ed. Graal.
- Freud, S. (1905/1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (Vol. VII, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud). Imago.
- Freud, S. (1908/1996). *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (Vol. IX, Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud). Imago.
- Freud, S. (1915/1996). *Pulsão e destinos da pulsão*. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol. I, 133-174. Imago.
- Freud, S. (1918). Entrevista a uma jornalista húngara. In Paulo César de (Org.). Souza., *Freud, Nietzsche e outros alemães*. Imago.
- Freud, S. (1920/1996). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, 123-199. Imago.
- Freud, S. (1930/1996). *O mal-estar na civilização* (V.XXI, Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud). Imago.
- Lima, V. M.; & Belo, R. R. (2019). Gênero, Sexualidade e o Sexual: O Sujeito entre Butler, Foucault e La planche. *Psicol. Estud.*
- Loyola, P. (1993). *Catecismo da igreja católica*. Vozes.
- Mattos, P. C. (2015). *Tipos de Revisão de Literatura*. Unesp – campus de Botucatu.
- Silva, N. F.; & Souza, K. M. (2013). *O conceito de dis-positivo em Foucault: a emergência histórica do dis-positivo do desenvolvimento sustentável e a construção das subjetividades*. Scripta Uniandrade.
- Santos, A. B. R.; & Ceccarelli, P. R. (2010). Psicanálise e moral sexual. *Revista Reverso*, 32 (59).
- Silva, L. H. E. (2012). *O do celibato na vida e na missão da Igreja*. Edições CNBB.
- Vaticano. (2954). *Virgindade e castidade perfeita são o mais belo florão da Igreja*. (1954). https://www.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_25031954_sacra-virginitas.html

Recebido em: 08/04/2025

Aprovado em: 23/08/2025

Sobre os autores

Robenilson Moura Barreto

Psicólogo clínico e social. Psicanalista. Doutorando e Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA).

Professor/Docente de ensino Superior. Pesquisador do grupo de pesquisa: Narrativas, Ancestralidades e Bem-Viver.

Membro fundador da Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (as) e Pesquisadoras (os) ANPSINEP. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).

E-mail: robenilsonbarreto@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8616-8792>

Cícero Moura da Silva

Graduando em Psicologia pela Faculdade Católica Dom Orione; Graduado em Filosofia pela PUC-MG (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). Professor de Filosofia do Ensino Médio do Estado do Tocantins.

E-mail: cicero.silva@professor.to.gov.br

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0972-5369>

Paulo Roberto Ceccarelli

Psicólogo – Psicanalista, Doutor em Psicopatologia fundamental e Psicanálise – Université Paris 7 – Diderot. Pós-doutor – Université Paris 7 – Diderot. Membro da Société de Psychanalyse Freudienne (SPF) – Paris, França.

Sócio do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG). Sócio fundador do Círculo Psicanalítico do Pará (CPPA). Membro ativo do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-BH).

Professor das especializações do Instituto ESPE e coordenador de programas de formação livre. Membro do Corpo Docente do Contemporâneo: Instituto de Psicanálise e Transdisciplinaridade – POA, RS.

Coordenador de seminários na PERCURSO: Grupo de Estudos e Formação em Psicanálise, Manaus, AM. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Professor e orientador de pesquisas do Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência/ MP da Faculdade de Medicina da UFMG.

Membro do Programa Antártico Brasileiro.

E-mail: paulorcbh@mac.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2121-1977>